

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Três altos quadros com ligações à Defesa Nacional, o ex-diretor-geral dos Recursos da Defesa Nacional, o ex-diretor de Serviços de Gestão Financeira e o ex-diretor de Infraestruturas e Património da Defesa, estão entre os detidos no âmbito da Operação "Tempestade Perfeita" realizada pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária, por suspeitas da prática de crimes de corrupção ativa e passiva, abuso de poder, peculato e participação económica em negócio.

Em causa encontra-se um alegado esquema de corrupção, que dando crédito às notícias vindas a publico, envolveu as obras de reabilitação do Hospital Militar em Lisboa, uma empreitada do Depósito de Munições da NATO, as obras nos alojamentos de praças do Exército, da Marinha e da Força Aérea, bem como a utilização de avultadas verbas da Lei de Infraestruturas Militares, ficticiamente gastas em limpezas de terrenos e segurança de edifícios.

Nos termos da Recomendação nº 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção, todos os organismos públicos são instados a elaborarem Planos de prevenção da corrupção e infrações conexas, bem como relatórios anuais sobre a execução dos mesmos.

Os Planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas visam fundamentalmente identificar as situações potenciadoras de riscos de corrupção e/ou de infrações conexas, elencar medidas preventivas e corretivas que minimizem a probabilidade de ocorrência do risco e definir a metodologia de adoção e monitorização das medidas propostas, identificando os respetivos responsáveis.

Atendendo ao exposto e, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentáveis aplicáveis, os Deputados do Partido Social Democrata abaixo-assinados vêm, por este meio, requerer à Sra. Ministra da Defesa Nacional, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, seja oferecida resposta às seguintes perguntas:

- 1. O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional foi atualizado em momento posterior ao Relatório da Auditoria AIE. 19/2021, realizada à DGRDN e Força Aérea, sobre as contratações e idoneidade das empresas que realizaram as obras no CAM-Belém?**
- 2. Em caso de resposta positiva, quais as principais alterações introduzidas?**
- 3. Porque razão a Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional não publicitou no seu site os Relatórios de Monitorização do referido Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, relativos aos anos de 2021 e 2022?**
- 4. Os mesmos foram elaborados?**

Palácio de São Bento, 23 de fevereiro de 2023

Deputado(a)s

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

CRISTIANA FERREIRA(PSD)

ADÃO SILVA(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

JOAQUIM PINTO MOREIRA(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

RUI VILAR(PSD)

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)